

Aumento será diferenciado por escolas

O fim da liberdade vigiada para as mensalidades das escolas particulares, com a edição do decreto presidencial nº 95.921, em 15 de abril último, não significa apenas que os pais de alunos pagarão menos. De acordo com a interpretação dada ao decreto pela Câmara de Legislação e Normas do Conselho de Educação do Distrito Federal, muitas escolas têm o direito de elevar as mensalidades que cobram.

A única decisão tomada pelo Conselho de Educação do DF, diz respeito aos 23 processos que já haviam dado entrada no órgão, pedindo redução nos preços de mensalidades. Segundo o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do DF, Júlio Gregório, os efeitos do decreto nº 95.921, estabelecendo índices e regulamentando o reajuste das mensalidades, só valem do dia 15 de abril em diante, sem efeito retroativo.

Os 23 processos que já deram entrada serão analisados e julgados. Se ficar comprovado aumento abusivo, as escolas terão que devolver a diferença. Quem não entrou nestes 23 processos só tem a garantia de revisão das mensalidades a partir de 15 de abril. Os 23 processos serão analisados hoje na reunião do Conselho de Educação do DF.

Dúvidas

Júlio Gregório explicou que o decreto que acaba com a liberdade vigiada das escolas particulares deixou dúvidas quanto à forma de aplicação do reajuste. Segundo ele, o repasse do resíduo acumulado pelas escolas desde setembro do ano passado, de acordo com o decreto, pode ser feito de duas formas, aplicando-se o repasse de setembro a dezembro nos meses de janeiro e fevereiro de 1988, ou de maneira integral, aplicando em janeiro e fevereiro o repasse acumulado de setembro de 87 a fevereiro de 88.

Assim, o resíduo referente aos seis meses, ou integral, corresponde ao percentual de 18,4%. O novo decreto, no entanto, determina que apenas 70% deste percentual seja repassado, ou seja, 12,88%. Caso se opte pelo repasse integral, as mensalidades podem sofrer um aumento máximo de 142,25% contra um aumento de 123,80% no caso do repasse parcial na mensalidade de março, em relação a dezembro.

De acordo com levantamento do Conselho de Educação do DF, abrangendo o período de dezembro de 87 a março de 88, aplicando-se os índices de reajuste estabelecidos pelo novo decreto, dos 358 cursos de 104 escolas particulares do DF, 137 cursos poderão sofrer aumento em suas mensalidades por terem calculado o reajuste com índices menores. Outros 46 cursos teriam variações menores, tanto para menos quanto para mais, e os 175 cursos restantes teriam seus preços reduzidos.